

É com muito prazer que se anuncia o terceiro número da Revista *PHILOROSAE*, do Centro de Estudos de Cultura e Artes da Universidade Nacional de Timor Lorosae. Esta revista foi criada com o objetivo de promover as sinergias entre a filosofia ocidental e a oriental, promover a epistemologia de saberes, fomentar as pontes de compreensão filosófica e intercultural entre as pessoas, os países e os hemisférios.

Para o ano de 2023, a Revista *Philorosae* teve como tema *Lusofonias e Pós-Lusofonias para o Século XXI*, tendo acolhido sete (7) artigos que espelham a natureza polissêmica, polifônica e multilateral da(s) lusofonia(s).

O primeiro texto, da filósofa Maria Celeste Natário, intitulado *Eduardo Lourenço: Um Modo de Habitar na Filosofia e Poesia*, comemora os cem anos decorridos sobre o nascimento do filósofo Eduardo Lourenço. Tendo passado três anos após o seu desaparecimento, a autora torna público a enorme influência do ensaísta na cultura, na filosofia e na crítica literária – acrescentaríamos, não só portuguesa – cuja importância deve ser investigada. A relação da filosofia com a poesia vai, assim, marcar o pensamento filosófico de Eduardo Lourenço, cuja singularidade estatuirá a heterodoxia como atitude, como caminho e como modo de pensar e de interpretar a existência.

Foi graças a esta heterodoxia e heteronímia, e que Maria Celeste Natário nos apresenta, que foi possível ao ensaísta antever, como mais ninguém conseguiu descortinar, que no contexto dos países que falam a língua portuguesa é possível afirmar que existem várias interpretações sobre a lusofonia. Quando se fala de lusofonia, fala-se em lusofonias, situação que acentua as diferenças em torno deste conceito, podendo-se, desta forma, diagnosticar, como resultado das suas intermináveis discussões, o seu caráter polissémico e multilateral.

Juntamente com a autora natural de Amarante, a Revista *Philorosae* presta, desta forma, homenagem a um dos pensadores mais influentes, singulares, versáteis e fundamentais da cultura portuguesa, Eduardo Lourenço, cujo legado ainda contribui para uma séria e profunda compreensão da cultura

portuguesa e dos portugueses e, sobretudo, para a intensidade das relações interculturais que Portugal e os portugueses têm estabelecido com o outro-periférico ao longo dos séculos. A lusofonia, enquanto conceito pós-colonial, não escapou à sua reflexão, sobretudo numa das suas obras mais importantes para as comunidades dos países que falam a língua portuguesa, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, cuja dimensão cultural, ética e espiritual ainda não encontrou correspondência nos prémios que merece receber. Trata-se, num contexto dos países que falam a língua portuguesa, de uma das mais significativas obras interculturais por excelência. Esta obra é tão importante para a interculturalidade dos países da CPLP como *Os Lusíadas* são fundamentais para a cultura Portuguesa.

Nesta obra, fica patente como a lusofonia se inscreve na contemporaneidade como um termo que não é sinónimo de consensos, porque a sua interpretação varia conforme os diversos imaginários culturais e sociais, e é neste sentido que, numa perspetiva holística, este conceito ou ideia efetiva-se como uma designação disforme e, por isso, controversa. Portanto, a influência que Eduardo Lourenço exerce naturalmente em torno do conceito de lusofonia é de tal magnitude que ninguém pode tratar deste tema sem passar pelo crivo da sua análise. Os autores desta revista, como se poderá constatar, não são exceção.

Nota-se, de facto, que a lusofonia está na moda. Em Portugal, é cada vez mais frequente falar-se da lusofonia. A palavra aparece repetidamente disseminada nas rádios, nos jornais, em anúncios de televisão, em conteúdos *on-line*, em roteiros de viagens, no *marketing* e na publicidade, na religião e na política. A lusofonia não deixa de ser uma designação com a qual muitos portugueses se identificam, mesmo que a interpretem à sua maneira. É uma denominação que, de uma forma ou de outra, vai conquistando a seu ritmo o *mainstream* português.

É neste enquadramento que se situa o segundo artigo, de Renato Epifânio, denominado *A Partir de Agostinho da Silva: Pensar A Lusofonia no Século XXI*, que nos remete para uma questão que se tem constituído como uma preocupação política e cultural desde a Revolução dos Cravos em terras

lusitanas, que é, precisamente, o processo de integração de Portugal na Europa e o seu conseqüente distanciamento em relação aos países outrora colonizados. Segundo o autor, é necessário apostar de novo na convergência lusófona, ou seja, no reforço dos laços com os restantes países e regiões do espaço da lusofonia. Para tal, os estudos filosóficos e as universidades portuguesas têm uma acrescida responsabilidade a este respeito, nomeadamente, na reflexão crítica que devem exercer e promover para ser possível realizar esta renovação estratégica. Recorrendo ao pensamento de Agostinho da Silva e sem voltar costas à Europa, é um imperativo vital apostar de novo na união de todos os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na convicção de que ainda somos reféns de um olhar enviesado por uma série de complexos históricos em torno dos paradigmas colonialistas e pós-colonialistas, Renato Epifânio aponta para a necessidade de se abraçar definitivamente o pluralismo e a polifonia presentes no conceito de lusofonia e que, na sua opinião, se constitui como um conceito que naturalmente abarca e abraça as especificidades linguísticas e culturais de cada um dos povos desta comunidade.

É importante salientar, contudo, que em alguns países que fazem parte da CPLP, prevalece, para muitas pessoas, algumas delas ligadas às ciências, à cultura, às artes e à filosofia, uma desconfiança em relação à lusofonia, tendo em consideração a sua natureza potencialmente neocolonialista. É sabido que o conceito de lusofonia nem sempre tem originado reações favoráveis, identificando-se, em torno da sua leitura, um clima de suspeição e mesmo de rejeição concetual.

No terceiro artigo, *O Percurso Difícil das Lusofonias*, de Vítor de Sousa, é-nos apresentado, tal como o título sugere, o trajeto complexo do conceito de lusofonia, remetendo para as suas especificidades através de diferentes perspetivas de autores contemporâneos como Inocência Mata, Moisés de Lemos Martins, Eduardo Lourenço, Miguel Real, Mia Couto, Venâncio, entre outros, formando-se, através de uma análise lúcida e ricamente detalhada, a ideia, clara e simples, do que aquilo que sustenta a lusofonia não é pacífico e que, por isso, está longe de ser um termo consensual. Para que a lusofonia

descole de uma utopia e possa desenvolver-se, é necessário, segundo o autor, desconstruir os equívocos decorrentes de uma história da relação entre um eu colonial e um outro colonizador, situação que depende inteiramente da aceitação do outro. Neste cenário, só ultrapassando os equívocos em que a lusofonia se circunscreve, será possível dar passos consistentes na construção de uma lusofonia que privilegie a interculturalidade.

O autor apela, por isso, que se opere uma descolonização das mentes dos seus protagonistas e que se re-imagine *uma* lusofonia que ultrapasse esses equívocos e ressentimentos, por forma a que não se caia num imaginário ideológico estéril e insustentável entre os povos que fazem parte da CPLP.

O quarto texto, intitulado *Em Português nos (des)Entendemos: a (des)Necessidade de um Cânone Literário Para a Afirmação da Lusofonia*, constitui uma análise de Paulo Carvalho Ferreira ao capítulo de Annabela Rita que questiona se “Haverá um Cânone Lusófono?” (ou cânones lusófonos).

Neste trabalho, é problematizado o conceito de cânone literário de um ponto de vista lusófono, interrogando as suas delimitações políticas, geográficas e culturais, partindo da exposição da história da literatura lusófona e terminando nas inevitáveis relações de poder e nos vários intervenientes. Se o conceito de lusofonia é híbrido e dúbio, como revelado por Vítor de Sousa no texto anterior, a discussão em torno de um estabelecimento de um cânone lusófono vai encontrar, inevitavelmente, as mesmas complexidades, tramas e desafios. Isto não significa que não se deva tentar. Todavia, Paulo Ferreira vai ao encontro das mesmas conclusões do texto original de Annabela Rita, indicando que também é obrigado a questionar a própria validade do conceito de cânone, dada a sua natureza subjetiva, e que a discussão de um eventual cânone lusófono, independentemente da sua geografia, degenera em atritos entre os intervenientes na discussão, pondo em evidência desequilíbrios nas relações de poder entre os seus intervenientes e gerando discussões infrutíferas que em nada contribuem para a coesão e unidade da diversidade da lusofonia.

O quinto artigo, *África Lusófona: Uma Identidade Prótese Ou Mentis Colonizadas?*, é um trabalho proveniente de **África**, de um dos autores angolanos mais originais, ousados e dinâmicos em relação ao conceito de

lusofonia, António Filipe Augusto, mas menos reconhecidos. A relação que tem estabelecido ao longo dos anos entre lusofonia, francofonia e luso-tropicalismo constitui-se, seguramente, como uma âncora de onde partem todas as suas argumentações, que se apoiam em comparações interculturais e sociolinguísticas dos países vizinhos de Angola, como, por exemplo, a República Democrática do Congo.

O autor considera que o que é usualmente referido como a *África Lusófona* é produto de uma identidade prótese e/ou de mentes colonizadas. Para sustentar esta afirmação, o autor faz uma análise aos fenómenos da exclusão sociopolítica e económica dos povos autóctones africanos que, afinal, se estatuem como o resultado de ideologias, práticas e políticas linguísticas pós-coloniais, como a lusofonia. O autor defende, acerrimamente, que a “África Lusófona” se constitui como uma (re)produção da ideologia, política e prática linguística colonial, apoiada, em primeiro lugar, na imitação da ideologia *France Afrique* (francofonia) de Charles de Gaulle e, em segundo lugar, numa reprodução do luso-tropicalismo.

António Filipe Augusto é apologista de que os herdeiros do poder que foram conduzidos pelos seus mestres colonizadores têm preconizado a *lusofonização* dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que se trata de um processo político que visa continuar a hegemonizar a língua herdada da colonização, os seus falantes, e vernaculizar as línguas da identidade etnolinguística antropológicamente herdadas, e conseqüentemente, os seus falantes, promovendo, assim, a ideologia eurocêntrica. O académico africano chama a nossa atenção para este problema dos herdeiros do poder, uma situação que tem conduzido a fossos insuperáveis no tecido social dos PALOP, onde o próprio africano, sobretudo aquele que não sabe falar português, continua a ser um estranho na sua própria terra.

O sexto artigo, de Filipe Abraão Martins do Couto, intitulado *Lusofonia: Um Conceito em Vias de Extinção na Filosofia Portuguesa e na Filosofia Africana*, defende o argumento de que a lusofonia é um conceito em vias de extinção no pensamento português e num contexto da filosofia africana contemporânea.

Numa primeira fase, o autor analisa o estado da arte em que se encontra a ideia de lusofonia, de acordo com a literatura produzida na filosofia portuguesa contemporânea, onde se sublinha o *esgotamento* do conceito de lusofonia; de facto, a falta de originalidade em torno da ideia lusíada de lusofonia desenvolvida na filosofia portuguesa parece ter encontrado um beco sem saída, sem rumo, sem imaginação, tendo de recorrer sistematicamente aos mestres do passado para encontrar uma voz.

Numa segunda fase, reflete sobre a sua falência intercultural face às contribuições e tendências epistemológicas que estão a ser desenhadas por intelectuais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como, por exemplo, as propostas de António Filipe Augusto, em Angola, e José Castiano e Severino Ngoenha, em Moçambique, entre outros.

Tendo em consideração estas duas fases, na terceira fase, apela para uma suspensão ideológica do conceito de lusofonia e para a necessidade da criação de um símbolo multicultural e intercultural que represente as diferentes sensibilidades e paisagens epistemológicas dos países que fazem parte da CPLP. O autor propõe uma solução intercultural para ir ao encontro dos anseios dos países, das populações e das pessoas e que considera capaz de ultrapassar os constrangimentos e ressentimentos que têm estrangulado o desenvolvimento de um ambiente que favoreça o encontro com o outro e uma comunicação entre iguais.

Por fim, um dos maiores pensadores portugueses da atualidade, Paulo Borges, presenteia-nos com o artigo intitulado *Sintra: Onde a Terra Acaba o Infinito Começa – Para Uma Mitosofia Lusófona*. Com este trabalho, Paulo Borges pretende contribuir para uma renovada compreensão e experiência do espírito do lugar da região de Sintra a partir da sua vivência, sugerindo exercícios práticos de revitalização mitosófica da cultura lusófona. O autor considera que a Serra de Sintra, na Peninha e no Cabo da Roca, é um poderoso indutor do despertar jubiloso do ser-consciência.

Trata-se de uma forma de estar peculiar, que está para além das narrativas lusófonas, das lusofonias e pós-lusofonias presentes nesta revista e mesmo de todos os símbolos interculturais que possam representar as diferentes

sensibilidades e paisagens epistemológicas dos povos dos séculos XX e XXI. Pretende ser uma outra forma de fazer a lusofonia, que se instala num espaço que, embora conhecido por alguns, é desconhecido pela maioria, uma vez que reporta a um tempo intemporal, a um *Tempo do Sonho*, de acordo com os aborígenes australianos, isto é, de um passado que é um futuro se o espírito alojado nos locais for cultivado através de ritos, de cânticos, de caminhadas, da dança, do sonho e da meditação. É por esta última via que surge o convite de Paulo Borges para se ir ao encontro do *sonhar desse lugar natural*, que possui, assim, uma potência própria que o singulariza e vincula à memória da sua origem, podendo, desta forma, a consciência tornar-se uma experiência cósmica que transcende todos os *ismos*, as contingências e particularidades, o oriente e o ocidente, a origem e o fim. A memória dos lugares e do sonho escapa a todas as designações concetuais e linguísticas, não deixando, porém, de ser um excelente instrumento para uma possível experiência significativa da consciência e do encontro privilegiado com o outro. Sem sombra de dúvidas, é esta a direção apontada por Borges que se pretende alinhar para todas as lusofonias e Pós-Lusofonias do século XXI e é este o encontro, de um *Tempo do Sonho* sonhado por todos, que é importante cultivar por todos os países que fazem parte da CPLP.

A equipa editorial da Revista *Philorosae* agradece a todos os autores desta revista, a todos os envolvidos, a todos os simpatizantes, por manterem a revista viva, universal, dinâmica, ousada e com ideias e projetos originais.

Filipe Abraão Martins do Couto

filipeabraao27@hotmail.com

revista@philorosae.com

Célia Maria da Silva Oliveira

celiaoliveira4@hotmail.com